



SÉRGIO BRITO

**POR RICARDO JACOMASSI,**  
ECONOMISTA-CHEFE DA HEGEMONY  
PROJEÇÕES ECONÔMICAS  
✉: RICARDO.JACOMASSI@HEGEMONY.COM.BR

## HERANÇA BENDITA

**S**em viés partidário, mas apenas colocando os fatos sob a ótica da economia nacional, uma reflexão neste início de ano vale ser feita – até para que no futuro possamos avaliar melhor os resultados e os posicionamentos do atual governo.

No início do primeiro mandato presidencial do governo Luiz Inácio Lula da Silva muito se falou entre os caciques do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a “herança maldita” herdada dos mandatos de governos anteriores. A questão está em entender a que se referia essa colocação e efetivamente mostrar o que seria, afinal, essa tal herança maldita.

A década de 1990, para quem acompanhou a economia do País, foi definida como um dos períodos de grandes reformas econômicas e do controle da inflação, a partir da vigência do Plano Real. Mesmo com esses resultados, muitos dos integrantes do atual governo foram contra todas as medidas econômicas dessa década.

O modelo econômico do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) estava estruturado em três pilares:

- (i) Superávit primário;
- (ii) Câmbio flutuante;
- (iii) Metas de inflação.

Esse modelo deu ao Brasil algo tão almejado até então: a estabilidade econômica. No campo externo, o País conquistou também algo inédito entre os investidores internacionais: a confiança na economia. Assim, a história confirma, com todos os fatos, que o sucesso da economia brasileira na década de 2000 foi fruto da política econômica da gestão FHC.

Confiança e estabilidade, portanto, seriam a herança maldita a que se referiram alguns integrantes do partido do atual governo? Não seria uma herança bendita a consideração mais adequada? O legado do governo FHC foi um dos poucos que deram ao Brasil fundamentos econômicos de longo prazo – resultado, aliás, que não tivemos até agora com a atual política econômica.

Além de os resultados projetados não terem sido atingidos, continuamos nos deparando com um imenso funcionalismo público, cada vez mais ineficiente e

engessado. As condições de infraestrutura são deteriorantes: não temos portos, aeroportos, ferrovias ou hidrovias, e 50% das rodovias estão em péssimo estado. As condições de inflação estão gerando desconfiança em investidores e empresários; em breve, também os consumidores deixarão de acreditar no futuro bem-sucedido da economia brasileira. As condições de abastecimento de energia elétrica acenderam o sinal amarelo. Corre-se ainda o risco de um desabastecimento de combustível, devido aos projetos malsucedidos das novas refinarias de petróleo.

Além disso, faltou transparência por parte da atual equipe econômica, que veio com os decretos para ajustar as contas públicas na calada da noite do final de 2012. Para mostrar que estava preocupado com as contas – e justificar a “boa gerência” –, o Ministério da Fazenda fez uma espécie de arranjo para fechar sua contabilidade. Algumas das manobras contábeis absurdas foram as seguintes: (i) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) comprou ações da Petrobras que estavam no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE); (ii) ocorreu a antecipação de dividendos da Caixa Econômica Federal (CEF); (iii) os dividendos do BNDES também foram antecipados no valor de R\$ 2,3 bilhões. Como aceitar isso? Onde está a visão desenvolvimentista de longo prazo do atual governo? O que existe de fato é uma visão de curto prazo sobre as bases do consumismo e do endividamento dos brasileiros, que estão cada vez mais atolados no crédito farto e no comprometimento da renda. Essa substância, diga-se de passagem, tem prazo de validade. Diante desse cenário, acabaram por derreter-se as expectativas econômicas, fundamentais para os investimentos de empresários nacionais e internacionais. Ainda existe tempo para repensar e revisar essas ações. Torcemos para que essas atitudes sejam avaliadas pelos brasileiros de forma crítica, pois somos todos nós que sempre pagamos a conta. ■